

Renamo pretende alcançar o poder por via militar

N. 19/3/92

— adverte Armando Guebuza em conferência de Imprensa, em Maputo

O negociador-chefe do Governo moçambicano às conversações com a Renamo, em Roma, para a paz em Moçambique, o Ministro dos Transportes e Comunicações, Armando Guebuza, advertiu ontem que «a Renamo ainda não desistiu da sua intenção de chegar a uma solução por via militar, através da violência».

Falando em Maputo numa conferência de Imprensa, Armando Guebuza deu uma perspectiva sombria sobre as negociações de paz em curso em Roma, admitindo que «ainda não há confiança» entre os negociadores.

Ele disse que o Governo está «extremamente preocupado» com a intensificação de ataques pela Renamo nos subúrbios de Maputo, Beira e outras cidades. Moçambique advertiu já ao Governo italiano e à mediação da Igreja Católica, bem como aos outros governos estrangeiros, sobre a «conduta desumana» da Renamo nos seus ataques contra cidades.

A prática da Renamo demonstra que «para eles, defender os direitos dos moçambicanos significa cortar as suas orelhas ou espetar a baioneta na barriga», acrescentou.

Questionado sobre as recentes declarações do líder da Renamo, Afonso Dhlakama, de que a próxima ronda negocial vai discutir questões ligadas à suspensão de certos artigos, não especificados, da Constituição moçambicana antes da matéria sobre o cessar-fogo, Guebuza disse que o Governo vai insistir na discussão de questões militares para o fim da guerra.

As questões militares estavam contidas na agenda acordada em Maio de 1991. «O Governo vai insistir que a agenda seja cumprida», afirmou Guebuza. «Foi rubricada por ambas as partes, perante os mediadores e na presença da imprensa estrangeira». A questão da Constituição será remetida à discussão em separado entre os mediadores e as delegações dos dois beligerantes na guerra em Moçambique e os mediadores vão determinar quando será debatida.

O ponto mais controverso é sobre o futuro Parlamento multipartidário ser obrigado, como tarefa prioritária, a alterar a Constituição. O Governo defende que as negociações de Roma não podem impor a soberania do futuro órgão legislativo.

«O Parlamento vai decidir o que deve fazer e vai votar sobre isso», afirmou o negociador-chefe do Governo.

Questionado sobre o contínuo apoio de certos sectores sul-africanos à Renamo, em violação do acordo de não-agressão de «Nkomati» assinado entre Moçambique e África do Sul, em 1984, Armando Guebuza disse que têm havido reuniões regulares entre os dois Governos para discutir estes assuntos.

As últimas informações sobre a violação daquele acordo foram dadas pela inteligência norte-americana, CIA, que divulgou um relatório afirmando que o apoio sul-africano à Renamo continuou até 1991, e de elementos da Renamo capturados pelo Exército



Armando Guebuza

moçambicano que na terça-feira afirmaram ter visto aeronaves nas bases deste movimento, aviões aparentemente provenientes da África do Sul.

«Quando temos informações desta natureza, nós comunicamos ao Governo sul-africano», afirmou Guebuza.

Ele referiu que a Renamo existe porque o apoio que recebe do estrangeiro ainda não acabou. «É preciso averiguar porquê é que o apoio externo à Renamo ainda continua».

Armando Guebuza negou acusações de que o Governo seja responsável pelo atraso do processo

para paz, afirmando que os factos indicam que «a Renamo é responsável por isso». Em Dezembro de 1991, as duas partes decidiram que na ronda subsequente deveria ser discutido, não apenas o assunto sobre a Lei Eleitoral, mas também a questão militar. Contudo, a Renamo enviou, em Fevereiro, uma mensagem ao Governo afirmando que a sua delegação não integrava militares e que a ronda restringir-se-ia na discussão de «questões políticas».

Ele adiantou que o Governo gostaria de saber «se realmente a Renamo estará sentada à mesa das negociações para a paz ou se realmente estará interessada num sistema democrático em Moçambique».

«A nossa experiência indica que a Renamo raramente cumpre os compromissos assumidos», disse o Ministro, citando como exemplo as repetidas violações do acordo parcial de cessar-fogo ao longo dos «Corredores da Beira» e do Limpopo, assinado em Dezembro de 1990.

«Queremos garantias de que a Renamo vai respeitar um eventual acordo de paz», declarou.

Armando Guebuza afirmou que os três protocolos já assinados com a Renamo vão produzir efeitos nas leis e na constituição após a sua implementação. Em relação ao Protocolo número três rubricado este mês sobre a Lei Eleitoral, ele insistiu que o futuro parlamento será eleito por voto proporcional e que isso implica uma emenda à Constituição.

O Ministro dos Transportes e Comunicações disse que o Governo vai propor as necessárias alterações à Assembleia da República, mas só depois de se alcançar um cessar-fogo e um acordo geral de paz.

O Protocolo prevê igualmente que o Governo vai ajudar a Renamo, antes do cessar-fogo, a criar condições e outras facilidades em todas as 10 províncias do país.

Interrogado sobre se esta cláusula não cria discriminação em relação às outras formações políticas emergentes em Moçambique, Guebuza admitiu «tratar-se de uma questão delicada», acrescentando ser do «interesse de todas as formações políticas que a Renamo se transforme num partido político e cesse a violência» no país.